

## ENSAIO CONVIDADO – INÁ CAMARGO COSTA

Por Mayra PINTO<sup>1</sup>

É com enorme alegria que a *Metalinguagens* publica um texto de Iná Camargo Costa. Para os pesquisadores do teatro no Brasil, a autora dispensa apresentações, dado que seus livros – *A hora do teatro épico no Brasil* (1996); *Sinta o drama* (1998); *Panorama do rio vermelho: ensaios sobre teatro norte-americano moderno* (2000); *A luta dos grupos de teatro de São Paulo por políticas públicas para a cultura* (2008) e *Nem uma lágrima: teatro épico em perspectiva dialética* (2012), além de inúmeros ensaios, são bastante conhecidos.

Para aqueles que não tiveram o privilégio de conhecê-la seja como leitores, seja como alunos (foi professora de Filosofia na UNESP e de Teoria Literária na USP), saibam que um texto de Iná Camargo Costa é sempre uma ótima oportunidade de esclarecimento, porque, a partir de uma abordagem marxista, uma de suas marcas é tratar de modo rigorosamente original seu objeto de estudo. É o caso deste ensaio, escrito a convite do grupo paraibano **Coletivo de Teatro Alfenim**, para fazer parte do *Caderno de Anotações*, publicação que se seguirá à encenação da peça *Memórias de um cão*, inspirada em *Quincas Borba*, de Machado de Assis.

A partir de uma pergunta instigante sobre uma possível relação, disfarçada como sempre em Machado, entre a personagem Rubião e o Brasil do século XIX, Iná nos dá pistas preciosas, “espalhadas para quem gosta de pensar”, como ela mesma gosta de dizer, para entendermos, de uma perspectiva singular, um pouquinho mais da obra do Bruxo do Cosme Velho, da história do Brasil e, quem diria, da história francesa. Mais um ensaio esclarecedor, portanto, da eterna mestra.

---

<sup>1</sup> Pós-Doutorado em Letras/USP, Doutora em Educação/USP. Docente do IFSP/Câmpus São Paulo.

## SEGUNDO POR SEGUNDO

Iná Camargo Costa

A crer no que disse John Gledson, em palestra de 2011, pelo menos até esta data ninguém se arriscou a responder à pergunta de Araripe Junior sobre *Quincas Borba*: “Quem nos diz que este personagem (Rubião) não seja o Brasil?”. Ele mesmo já desvendou vários enigmas e abriu inúmeras pistas, como a referência ao café (rubiácea) cifrada no nome daquele “personagem passivo-negativo” e a cor (café) do cachorro, mas a resposta mesmo ainda não veio. Em *Sequências brasileiras*, Roberto Schwarz sugere que a nossa ignorância ajuda a bloquear a percepção das referências machadianas. E acrescenta que, além da ignorância simples dos fatos históricos, a persistência da ignomínia das nossas relações de base (latifúndio e trabalho escravo) por assim dizer nos impede de ver até mesmo as associações mais óbvias que Machado de Assis opera.

A loucura do Rubião da pergunta de Araripe Junior é um caso. O texto a seguir vai esboçar uma correlação entre o momento histórico em que o romance foi escrito – da crise final do Segundo Reinado (ou Império) até a proclamação da república – e a crise final e morte do personagem Rubião (entre 1869 e 1871), que vai aos poucos explicitando a sua loucura na forma da identificação com Napoleão III. É por simples desconhecimento da nossa história, da história francesa e da nossa identificação obsessiva com a França que não nos damos conta das pistas espalhadas pela narrativa de Machado de Assis. Alguns exemplos entre inúmeros: Rubião compra estátuas de Napoleão (tio e sobrinho), tem um quadro-reprodução da Batalha de Solferino (travada entre os imperadores francês e austríaco: vitória do primeiro), sonha ser Napoleão III e finalmente recebe um barbeiro para modelar a sua própria barba (e bigode) segundo a figura deste último. Durante a conversa com o barbeiro, chama de bobo o Orsini que atentou à bomba contra a vida do imperador francês.

Similar à de Rubião, pelo menos a nossa ignorância a respeito da verdade do Segundo Império francês tem remédio: Marx e Engels trataram dela em diversas obras, das quais vale a pena extrair meia-dúzia de observações. Para começar, é bom saber que a

própria monarquia que caiu em fevereiro de 1848 (a de Luís Felipe, o rei-cidadão) já era uma pilhagem do Estado através de obras públicas. A república, que então se proclamou, limitou-se a democratizar a aristocracia financeira – leia-se: atrair a pequena burguesia para as orgias da especulação/corrupção. De 1848 a 1851, nas palavras de Marx, o fantasma da revolução francesa assombrou a cena política, culminando no aventureiro de aspecto vulgar e repulsivo que se ocultou sob a férrea máscara mortuária de Napoleão. O golpe de estado que este aventureiro levou a efeito obriga a perguntar “como uma nação de 36 milhões de habitantes se deixou surpreender e entregar sem resistência ao cativo por três vigaristas?” O nome da república burguesa é Capital. O circo republicano que se armou em fevereiro de 1848 desabou em dezembro de 1851. No intervalo, o Partido Democrata (que abrigava até socialistas) dá inúmeras demonstrações de ignorância, ilusão e inépcia pequeno-burguesa – tudo pautado pelo programa da “harmonia entre Trabalho e Capital”. Para o velho, astuto e devasso Luís Napoleão (o sobrinho), tudo – inclusive o Estado – se conduz como comédia em seu sentido mais vulgar, como uma mascarada onde as fantasias, frases e gestos servem apenas para disfarçar a mais tacanha vilania. (Marx, a certa altura, chama de Crapulinski o modelo do nosso Rubião). Numa situação em que a burguesia levava a sua comédia a sério, o aventureiro – que sabia ser a comédia simples comédia – tinha forçosamente que vencer. Napoleão III promoveu o ascenso e o enriquecimento de toda a burguesia em proporções até então desconhecidas. *E, em grau ainda maior, o roubo e a corrupção em massa.* No Estado moderno, avisa Marx, *a política é negócio – um pântano de corrupção.* Naquela França, monarquistas e republicanos são dois consórcios políticos que dominam e saqueiam a nação. Quanto ao Segundo Império, acabou como começou: como paródia. Mas não devemos nos esquecer de que foram as classes dominantes da Europa que permitiram a este Bonaparte representar durante 18 anos a farsa cruel do Império Restaurado. (A queda oficial de Napoleão III aconteceu a 4 de setembro de 1871, quando foi proclamada a república por um de seus seguidores, Thiers, após a capitulação do imperador diante do exército alemão em Sedan dois dias antes). Há também os malfeitos imperialistas do herói de Rubião, como a ocupação do Vietnã em 1862, seguida pelas ocupações do Camboja e Sul da China. Mas, para os leitores de Machado de Assis, nada se compara à aventura no México iniciada em 1862, quando, em paródia alucinada das coroas criadas na Europa pelo

tio, o sobrinho tentou impor (ao custo de um milhão de francos) um imperador aos mexicanos – Maximiliano, que por sua vez era primo do nosso Pedro II – devidamente executado em 1867 pelos, estes sim, heróis da resistência, liderados por Benito Juarez.

Através da figura do Camacho, Machado de Assis nos garante que Rubião sabe desta história nas versões da imprensa brasileira e da francesa – tão corruptas e vis quanto o aventureiro que os inspirava a todos. E também é bom lembrar desde já que, se o narrador avisou que a loucura do seu personagem tinha método como a de Hamlet, não é impossível que o Camacho seja importante ingrediente deste método, pois a figura não está no romance *apenas* para configurar uma das múltiplas espécies de sanguessugas da pequena herança do ex-professor e ex-enfermeiro-herdeiro universal de Quincas Borba, por sua vez, herdeiro inopinado de um tio do qual nem se lembrava mais.

Pelo prisma do Camacho, enumeremos, então, alguns dos inúmeros feitos de Crapulinski que encantaram o mundo. Um deles – a construção do canal de Suez no Egito entre 1859 e 1869 – foi promovido a mito, a ponto de haver até um filme a respeito (*Suez*, de 1938, estrelado por Tyrone Power e Loretta Young: lixo completo). Inauguração da primeira loja de departamentos (matriz dos shopping centers) em 1869, a *Bon Marché*. Em 1852 dá início à criação de bancos como o *Crédit Mobilier*, seguido em 1863 pelo *Crédit Lyonnais* e em 1864 pelo *Société Generale*. O favorecimento à especulação financeira é naturalmente acompanhado pela transformação de Paris num canteiro de obras, de 1852 em diante, com Haussmann à frente das principais obras: multiplicam-se as estações de trens, como a Gare de Lyon e a Gare du Nord, além dos parques como o Bois de Boulogne (1858) e o Bois de Vincennes (1865). Luís Napoleão não viveu o suficiente para inaugurar a joia da coroa – a Ópera de Paris, iniciada em 1861 e só concluída em 1875, quando ele já estava morto. Como ficou dito acima, obras públicas são o melhor pretexto para a pilhagem dos cofres do estado pela burguesia. Napoleão III apenas deu continuidade e escala a um processo que já estava em andamento. Ainda vale a pena acrescentar um feito que nossos católicos devem ter comemorado ruidosamente: além de apoiar o Papa Pio IX contra os republicanos italianos (1851), restaura o controle da Igreja Católica sobre o ensino na França.

Outro ingrediente da alienação de Rubião é um tipo de ignorância especial: seu francês era tão rudimentar que ele mal entendia o que lesse no original. E dava preferência a Alexandre Dumas (pai) traduzido, cujos romances tratam das aventuras da aristocracia do antigo regime (anterior à Revolução de 1789), basta lembrar dos *Três mosqueteiros*. Outro de seus autores favoritos – Octave Feuillet – tinha o inconveniente de estar no original. Mas não custa lembrar que este escritor era tão favorito da corte de Luís Napoleão que acabou se tornando seu bibliotecário e a imperatriz Eugênia chegou a interpretar papéis de suas peças em produções exclusivas.

Camacho entra em cena no capítulo 54 e nos seguintes ficamos sabendo de sua vida pregressa: de advogado que não conhecia grandes coisas de direito, a político “liberal” de província que, eleito deputado, vem a se instalar na Corte, mas jamais chegou a ministro (seu sonho máximo). Jornalista, no momento da narrativa mantinha um pasquim (*Atalaia*) em que acusava adversários no poder de “nefasto, esbanjador, vergonhoso, perverso” e, aos correligionários no poder, elogiava como “enérgico, ilustrado, justiceiro, fiel aos princípios, verdadeira glória da administração, etc., etc.”. Conta ainda o narrador que, na Câmara, entre outras contribuições irrelevantes, como tabelas sem fim, discorria sobre trechos de autores franceses mal traduzidos. E é claro que, em se tratando da própria situação, mentia sem dificuldades.

Quando de seu encontro com Rubião, Camacho está em campanha aberta pela continuidade “a todo transe” da Guerra do Paraguai e preocupado com o risco de o governo inclinar-se à paz. Em conversa ocorrida num hotel, cujo nome mais do que bandeiroso é *Hotel de la Bourse*, Camacho produziu dois efeitos na cabecinha aluada de Rubião: primeiro, este se sentiu na condição de “confidente” de um político de alto coturno e isto lhe fez bem. O segundo é quase mecânico: já se imaginou deputado, membro do partido do Camacho, etc. (As próximas menções do narrador a este tópico específico mostrarão como se faz gato-sapato de um *parvenu* ignaro).

A transformação de Rubião em sócio do *Atalaia* expõe tanto o método do Camacho quanto o poder da imprensa na construção da loucura. Tudo começa pela magnificação de um feito por si mesmo irrelevante, com a vantagem de ser o próprio Rubião o protagonista do feito e da narrativa do Camacho. Rubião chega à redação do *Atalaia* e relata ter salvo

um menino de atropelamento por um veículo. No dia seguinte, recebe o jornal relatando em grande estilo o seu feito. A primeira reação foi de susto, ao ver “seu próprio nome impresso, rutilante”, em matéria de coluna dupla. Depois acha que houve exagero nos adjetivos e na descrição dramática. Atribuiu-se a culpa pelo exagero e deixou a folha de lado. Algum tempo depois, releu-a com calma e já começou a acreditar nas palavras que transformaram seu feito em epopeia. Em seguida, considerou a notícia bem escrita e passou ao elogio: “que narração! que viveza de estilo!”. Agora até os exageros se justificam e Rubião fica orgulhoso do “seu” feito. Compra vários exemplares do pasquim para enviá-los a Barbacena e, a conselho de outro “amigo”, “fê-la imprimir nos *a-pedidos* do *Jornal do Comércio*”. Está concluída a operação-Camacho: Rubião se torna sócio do jornal e vai investir em política. Leia-se: está aberto mais um sorvedouro de sua herança. Mas leia-se também que Rubião se ligou a um político oportunista, ou liberal sem convicções, cujo programa é a continuidade da guerra, em consonância com a exigência de Pedro II, para quem a guerra só podia acabar com a morte de Solano Lopes. (E historiadores como Sérgio Buarque registram que este “capricho” do imperador e demais interessados no negócio da guerra fez com que esta se arrastasse por pelo menos mais um ano – o da caça a Solano Lopes liderada pelo inglório Conde D’Eu).

Machadianamente, aproveitemos o ensejo para enumerar alguns feitos do *nosso* Segundo Reinado, começando pela maldita guerra. Sempre na companhia de Sérgio Buarque (do volume *Do Império à República*), diríamos que, enquanto (como dito acima) a campanha de Napoleão III no México sorveu um milhão de francos, entre o Rio de Janeiro e Assunção havia uma espécie de fosso por onde se exauriram as finanças imperiais. Houve quem atribuisse senilidade precoce ao imperador, então com 40 anos, pela obsessão com Solano Lopes. Naquele Brasil, “imperialismo” significava “poder pessoal do imperador”, como na França, em referência a Napoleão III. Um panfleto de 1867 denuncia este imperialismo como a esfinge que ia arruinando o Império, ilustrando certa mentalidade “que começara a difundir-se – e não só no Brasil – durante a década que se iniciou em 1850 *principalmente no meio militar*, impressionado diante da boa fortuna aparente, e ainda não refutada pelos fatos, do Segundo Império francês.” O próprio Saraiva (da lei Saraiva-Cotejipe, a dos Sexagenários, de 1885) declarou ser igual o poder absoluto de Pedro II e

Napoleão III. Mas Sérgio Buarque avisa que o paralelo com Napoleão III é mal escolhido, pois se presta a mal-entendidos e corrige o termo de comparação, sugerindo a hipótese da Monarquia de Julho (a de 1830 que caiu em 1848). Entre outros procedimentos similares, nosso historiador informa que o cargo de Presidente do Conselho foi importado da França da restauração e de Luís Felipe (chamado pejorativamente pelos aristocratas de “reicidã”). Após enumerar mais alguns casos do que chamou de “mimetismo anacrônico”, Sérgio aconselha os historiadores a não se fiarem demais nessa fachada europeizante que antes esconde do que revela as verdadeiras feições da sociedade brasileira.

Mas os mesmos anacronismos que desorientam historiadores desavisados são um prato cheio para um observador dos acontecimentos e coreografias no calor da hora como Machado de Assis. Por isto mesmo, o caldeirão do bruxo em *Quincas Borba* tem uma farta coleção de matéria sólida na forma de anacronismos deliberados: enquanto a ação da narrativa se passa entre 1867 e 1871, inúmeros episódios se inspiram em acontecimentos posteriores, mais próximos da Proclamação da República. Um deles, tratado de modo absolutamente discreto – como deve ser – é a referência aos escândalos de corrupção envolvendo os próprios ministros e Presidentes do Conselho. A certa altura, quando o leitor já entendeu que Palha rifou o sócio porque agora vai começar a desfrutar dos lucros de seus investimentos, ficamos sabendo que ele tem que cuidar de uns “morins” na alfândega. Trata-se de referência a um dos escândalos mais famosos do ano de 1877 (o das *popelines*, que Sérgio Buarque cita): ninguém menos que o Ministro da Fazenda, o Barão de Cotejipe, era sócio de uma importadora que, por mero acaso, também tinha entre os acionistas um funcionário da alfândega e importava popelines e outros tecidos do mesmo naipe declarando fazendas de qualidade inferior. A operação, na opinião de Cesário Alvim, o denunciante, configurava puro e simples contrabando. (Em nada diferente do contrabando de homens escravizados desde 1831. Como se sabe, foi depois de 1850 – data também referida pelo narrador – que os “capitais honestos” de que fala o Palha se voltaram para a importação preferencial de outras mercadorias, como tecidos, pianos, trenós, etc., etc.). Mas na passagem por escândalos de alto coturno, vale também a pena lembrar de um – ainda hoje atualíssimo – que redundou, em julho de 1889, na queda do gabinete do Ministro João Alfredo Correia de Oliveira (que não se perca pelo sobrenome!). Eis que este pândego,



claro que por família interposta, tratou de patrocinar nada menos que a construção de engenhos (no plural) em Pernambuco e, para tanto, assegurou empréstimos (no plural) internacionais absolutamente estratosféricos. A construtora da vez se chamava “Loyos”.

Como bem avisou John Gledson, as escavações que a obra de Machado de Assis demanda são infundáveis. Por isso mesmo, um trabalho meramente exploratório como este não pode pretender ir muito longe. Para encerrar, portanto, este primeiro recorte em nosso sítio arqueológico, José do Patrocínio merece ficar com a palavra. Sobre o Barão de Cotejipe, tratou de avisar que o próprio imperador era sócio solidário dessa empresa secular de contrabando chamada escravidão. Para pensar melhor na concepção e construção do personagem Rubião, vale a pena citar as suas palavras: “Sua majestade não pode justificar o seu reinado, que o destino quis que principiasse na inconsciência, começando-o na irreflexão de uma criança e terminando-o na obcecação de um velho”. Em 1885, não teve dúvidas: “Na América os reis são malsinados. Dos três que temos tido, um foi Pedro I, banido, o outro Maximiliano, fuzilado, e o sr. D. Pedro II, que tem feito a ruína de um povo, o que será demonstrado em poucos anos, sem precisar de outra lógica além do fato.” Para ele, Cotejipe não se limitava a fazer contrabando com a firma “Januário, Masset e Cotejipe”. Fazia também contrabandos parlamentares e assalariava jornalistas. José do Patrocínio denunciava a perseguição (censura mesmo) à imprensa abolicionista e a partir de junho de 1888 passa a denunciar o “republicanismo da indenização”: o escravismo, escreve ele, não contava com o 13 de maio; o que eles querem é *indenização*. O que se pede agora é a indenização dos herdeiros dos ladrões que piratearam a alma humana e a honra da pátria durante 25 anos. Em nome dos interesses da lavoura (café/Rubião?), defendem os interesses da jogatina, do luxo, da imprevidência, da oligarquia. Estes querem bancos com agiotas que mal sabem ler e escrever; que reduziram o crédito a uma camarilha; que vivem a acobertar falências criminosas e a perseguir o trabalho honesto. A informação de que Pedro II estava mesmo louco e de que, após sua morte em 1891, seu herdeiro Pedro Augusto é diagnosticado como louco e recolhido a um sanatório também vem de José do Patrocínio.

Proclamada a República dois anos antes da conclusão do nosso romance, Patrocínio a atribui a uma aliança entre abolicionistas e negreiros. Esta pista pode lançar luz a mais um episódio da loucura manifesta do nosso aprendiz de Napoleão III: em conversa com o seu



barbeiro, Rubião disse que seu herói vencera a batalha de Sedan e aprisionara o imperador alemão – como já ficou dito, ao arrepio dos fatos. Mas acertou na mosca ao definir em seguida a república proclamada por Thiers no 4 de setembro de 1870 como um “banquete bonapartista”. O narrador de *Quincas Borba* avisou que a loucura de Rubião tinha método, não avisou?

REVISTA METALINGUAGENS, N. 4